

* 4 SET 1990

W Con - Brasil

GAZETA MERCANTIL

Adaptar-se às novas circunstâncias com a velocidade necessária

Nivaldo Nass *

As mudanças comportamentais do mundo sócio-econômico estão a exigir de toda a sociedade uma adaptação aos novos tempos com a maior velocidade possível, sob pena de se situarem deslocadas e inadequadas ao atual estágio conjuntural.

A constatação da globalização das economias já é uma realidade. E o seu objetivo principal é obter condições de competitividade, para sobreviver dentro do ambiente acelerado de desenvolvimento que estamos vivendo. Para que as empresas se situem dentro de tal ambiente é necessário que procurem obter as condições de competitividade e da qualidade de seus produtos e serviços e, para tanto, é indispensável que os recursos tecnológicos e humanos sejam utilizados em perfeita sintonia.

É também de fundamental importância que se pratique a globalização entre as empresas e dentro das mesmas, concedendo o direito a cada um de produzir aquilo que melhor e mais racionalmente saiba fazer, evitando desta forma a verticalização e a ineficácia das atividades.

O estágio das comunicações exige agilização no processo das tomadas de decisões, sob pena de sermos superados e sujeitos a não obter mais os efeitos necessários ao sucesso desejado.



O direcionamento das medidas governamentais, na área do Executivo, está apresentando perfeitos indícios para uma sintonização com tais mudanças, quer seja pela abertura da economia ou pelas políticas setoriais que estão sendo implementadas.

O que não se constata, porém, é a existência de indicações por parte das outras áreas governamentais, no sentido de se adequarem às mudanças e para também serem detentoras de uma maior produtividade e qualidade, dando assim a sua obrigatoriedade colaboração para que o País tenha condições de se tornar competitivo a nível mundial.

Quando nos referimos a tais áreas, desejamos citar principalmente os demais poderes constituídos, onde, por incrível que pareça, ainda são praticados recessos e férias prolongadas, enquanto a sociedade permanece à espera de soluções importantes, fazendo com que o País não consiga efetivamente acompanhar o desenvolvimento das demais nações.

Se particularizarmos o nosso Legislativo, entraremos em colisão total com

as atuais mudanças que o mundo exige. Quando mencionamos o Legislativo, não nos referimos apenas à esfera federal, mas também aos níveis estaduais e municipais, onde eventuais exceções são de minúscula abrangência.

Quando se fala em produtividade, entende-se que é a geração de bens e serviços de forma mais racional em relação ao que se conhece a níveis internacionais. Isso efetivamente não ocorre se verificarmos como se desempenham as atividades no Poder Legislativo, principalmente na área federal, onde um maior volume de notícias nos é dado a conhecer; onde se trabalha apenas quando se julga conveniente e os salários polpidos sequer são penalizados por faltas ao cumprimento do dever. Por essa falta de freqüência, ficam prejudicadas importantes decisões que simplesmente não são votadas por falta de quórum, ficando assim constatado que nenhum gesto de decisão rápida é praticado e muito menos com a qualidade da qual tanto carecemos.

Conclui-se também que o número de legisladores é excessivamente elevado, gerando uma improdutividade acentuadíssima a custos excessivos, cujos valores são despendidos pela sociedade através dos impostos, os quais poderiam ser minimizados para que a nação tenha condições de se tornar mais competitiva diante das ameaças que se apresentam a nível mundial.

Deduz-se, portanto, que é de fundamental importância que sejam realizadas profundas alterações estruturais também nos demais poderes constituídos, visando a uma plena deregulação e consequente aumento de produtividade.

Estamos às vésperas de novas eleições e não sentimos, em nenhum candidato, qualquer preocupação de tornar os demais poderes mais qualitativos e produtivos e, como consequência, também darem a sua relevante contribuição para nos tornarmos uma nação mais rica e o direito de seu povo viver, no mínimo, em condições mais humanas.

Os novos tempos exigem que os patrocinadores de campanhas, os candidatos e, finalmente, todos os eleitores, reflitam sobre o que abordamos e exijam o comprometimento dos futuros eleitos, os quais terão a oportunidade de alterar a Constituição, modificando essas distorções que são altamente prejudiciais ao País e promovendo assim as mudanças de que tanto carecemos para que o Brasil se torne mais produtivo e competitivo.

* Economista, diretor da Akros Industrial de Plásticos Ltda., de Joinville, SC.